



Quando um jornal publica (A Tarde) e o outro não (Correio): o caso do Corredor da Vitória, na imprensa da Bahia¹

Mary Weinstein²

RESUMO

Este artigo analisa a cobertura feita pelo jornal baiano A Tarde sobre o polêmico tombamento do Corredor da Vitória, que vigorou, contrariando expectativas, somente entre 2003 e 2004. Também, revê a ausência do Correio da Bahia na abordagem do assunto, ao longo do período em que a área esteve sob jurisdição federal, afetando um dos bairros considerados mais *nobres* da capital, Salvador. Buscamos enfocar neste trabalho a diferença entre os dois jornais diante da notícia, o que determinou a escolha entre pautar o assunto e o não pautar. Temos como suporte teórico a teoria de McCombs e o entendimento sobre a ideia de patrimônio de autores como Choay (1995, 2001), Connerton (1989), e Lowenthal (1997, 2004).

PALAVRAS-CHAVE: Corredor da Vitória; cobertura; patrimônio; jornal; agenda-setting.

Introdução

A imprensa firmou-se na modernidade junto com a mudança estrutural na esfera pública detalhadamente descrita por Habermas (1984). E o jornal impresso tem se mantido na contemporaneidade com o mesmo papel, viabilizando em certa medida a relação dialógica entre campos e segmentos sociais. Quando falamos de espaço na comunicação, para ser ocupado por assuntos de interesse coletivo, ou seja, por temas que ensejam expectativas de grupos de cidadãos, nos direcionamos inevitavelmente para abordagens apresentadas em uma mediação que pode estar impregnada de motivos e vínculos subjacentes que, se perscrutados, podem revelar especificidades particulares. As motivações para as abordagens públicas dos assuntos, se rastreadas, podem, em muitos casos, esclarecer muitas das publicações que se materializam nos jornais. E muitas das não publicações.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste

² Professora Doutora do Curso de Comunicação/Jornalismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Uesb. e-mail: maryweinstein@gmail.com



A esfera pública, na contemporaneidade, se realiza, em parte, a depender de variantes que interagem sem o controle de um poder centralizado, mas decorrentes de interesses - individuais ou coletivos. Esta condição se constitui a partir de agentes sociais ou de grupos de agentes que construíram cada um o seu composto que lhes permite influenciar o *agendamento*, ou simplesmente a partir de *proponentes* como descreve McCombs (2009). Neste trabalho, mostramos duas abordagens distintas, ou melhor, uma abordagem e uma não abordagem sobre um assunto polêmico, que fazia parte de políticas públicas específicas relacionadas à conservação do patrimônio cultural, o qual descrevemos abaixo.

Este trabalho tem como objetivo analisar a cobertura jornalística de um assunto de interesse público, que nem sempre encontra espaço para ser discutido, e ao mesmo tempo destacar as possibilidades existentes na relação interdisciplinar entre os campos do patrimônio histórico e do jornalismo, considerando-se que ambos têm um apelo voltado para a ideia de localidade. Também, é importante salientar a discrepância entre o pautar intensamente e o ignorar, jornalisticamente, que abordamos aqui para compreendermos as razões dos meios de comunicação.

Breve histórico

Em 2003, o governo federal desengavetou um pedido de tombamento formalizado ainda em 1998, pelo Sindicato dos Arquitetos da Bahia (Sinarq-Ba). A partir da notificação distribuída para os proprietários de 12 imóveis situados no prestigioso bairro do Corredor da Vitória e da publicação da ação no Diário oficial da União, em 16 de junho de 2003, com base na Lei de Tombamento nº25/37, iniciou-se um período de disputas entre várias instâncias de poder e de impugnações impetradas pela iniciativa privada. Isto porque o tombamento, conforme a lei, limitaria a autonomia dos proprietários exigindo a correta conservação dos imóveis de alto valor no mercado, e, agora, também, compreendido como de alto valor para a coletividade. Tombadas, as edificações seriam formalmente classificadas como monumentos, como patrimônio histórico, artístico e/ou cultural e protegidas legalmente contra adulterações.

Para Choay (2001), patrimônio histórico e cultural edificado – o monumento - é uma herança do passado que integra o presente. Não se trata de se conservar um exemplar *in vitro* do que já passou. Mas para “integrar o presente”, o objeto precisa transcender o passado e ter um valor, um papel, na convivência entre as pessoas do presente. Como testemunho, entre edifícios de outras épocas, espera-se que seja



absorvido pelas novas formas de ocupação de espaços na cidade. O objeto histórico e artístico, assim como os sítios mais antigos, são frequentemente destacados do todo, como uma parte isolada, embora se saiba que o patrimônio, dentro das cidades, é parte indissociável delas.

Os prédios são demolidos com a anuência de autoridades³ encarregadas de exercer o controle do uso e ocupação do solo. Ao serem destruídos, os edifícios deixam de contar a história da qual eram testemunhos. É cabível dizer, então, que existe uma correspondência de intenções nesse apagar generalizado de memórias. Connerton (1998) lembra que apagar a memória é um artifício dos governos totalitários e que a escravização mental começa quando as recordações são subtraídas. “Um caso particularmente extremo de uma tal interação ocorre quando um aparelho de estado é utilizado, de forma sistemática, para despojar os cidadãos da sua memória” e para que ninguém possa dar o seu testemunho sobre o passado. Então, queimam-se livros, os escritores contemporâneos são proscritos, as pessoas são silenciadas e outros vestígios do passado são eliminados (CONNERTON, 1989, p.17). Entretanto, a arquitetura é uma espécie de leitura que se pode ter de uma cidade. Em sua tessitura, a composição de prédios é um relato e o patrimônio histórico representado pelas edificações é aquele que mais diretamente se relaciona com a vida de todos (CHOAY, 1998, p.12).

Foucault, assim como Habermas, atribui ao jornalismo um papel. Considera-o uma “invenção fundamental do século XIX” (FOUCAULT, 2006, p. 224). Ele diz que no fundo “foi o jornalismo que manifestou o caráter utópico de toda esta política do olhar”, referindo-se à vigilância indicada por Bentham, em que os mídia seriam, necessariamente, comandados pelos interesses econômicos e políticos. “Eles não perceberam os componentes materiais e econômicos da opinião” (FOUCAULT, 2006, p. 224). Foucault explica que enquanto durou a sociedade do tipo feudal, o esquema da soberania realmente prevalecia e cobria toda a cadeia social. Nos séculos XVII e XVIII, pós-feudalismo, aparece uma nova forma de relação de poder incompatível com a soberania centralizada. Esta constatação de Foucault corresponde à formação da esfera pública, descrita por Habermas (1984).

³ Em entrevista ao jornal A Tarde, em 18/06/2008, o arquiteto português Eduardo Souto Moura atribui aos gestores a responsabilidade pelas obras na cidade, e não aos empreiteiros e incorporadoras. “A polêmica põe em discussão. A culpa não é deles [construtores], é de quem lhes deixa fazer. Eu não posso exigir de um empreiteiro uma função cultural. Eles têm que ganhar dinheiro e não têm responsabilidades culturais”.



Conforme McQuail (2003, p. 263), os meios de comunicação de dimensão local podem ganhar força e independência pelas ligações que mantêm com a comunidade e com a cidade a que servem. Assim como esse jornal a que se refere McQuail, o patrimônio tem um significado especial para quem o rodeia, o reconhece e o legitima. Por isso, ao abordar este assunto, o impresso reafirma uma relação com a comunidade e com o lugar que lhe deram origem, e aos quais se dirige, diretamente, todos os dias. Nesta interação, cria-se um vínculo, uma associação, entre estes que compartilham o mesmo presente, passado e futuro, e a mesma realidade histórica e geográfica - porque estão todos presentes no mesmo lugar. “É preciso levar em conta que a história tem uma dimensão social que emerge no cotidiano das pessoas, no modo de vida, no relacionamento com o outro, entre estes e o lugar, no uso” (CARLOS, 2007, p. 20). Também Maffesoli, no prefácio de *Jornalismo e vida social*, de autoria de Vera França (1998), identifica esta junção, com o argumento do *presenteísmo* ou na *co-presença* de que fala França no seu livro:

Há realmente muito de instrutivo em se ligar a vida de um jornal à vida de uma cidade. Existe uma interação recíproca entre os dois. Interação que retoma (reencena), certamente, a função simbólica do antigo falar; seja aquele da ágora grega ou das diversas tribos primitivas das quais nos falam os etnólogos (FRANÇA, 1998, p. 13).

Assim é que consideramos que patrimônio cultural – além de precisar ter o mérito, para ser considerado como tal – merece ser agendado: que haja a pauta sobre a sua conservação, preservação e eventualmente a sua restauração e inclusão no dia a dia das cidades.

Análise da cobertura

A Teoria da Agenda-setting consubstancia a questão central deste trabalho que é a abordagem do jornal, a qual levará em última instância ao agendamento. O processo de *agendamento* ou de configuração de temas pressupõe a concorrência entre assuntos que ganham relevância na mídia, entre o público, e entre a elite política, especialmente a partir da possibilidade e da efetiva transferência entre agendas. Os temas ganham e perdem mais ou menos visibilidade ao longo do tempo e é a possível iminência de inserção que responde às questões sobre a inclusão do patrimônio cultural na discussão pública. Esta acessibilidade dos temas no jornal, como composição da agenda, também

nos remete à disputa de campos de força (BOURDIEU, 1989) e (RODRIGUES, 1984, 1990).

A quantificação do espaço ocupado, a categorização da tematização, a observação da variedade de fontes utilizadas e de agentes envolvidos, a noticiabilidade, o destaque e hierarquização da notícia, a motivação da pauta, e a identificação de valores-notícia, nos situam no campo da análise de conteúdo (BARDIN, 2008; LOPES, 2005), com a qual é possível se constatar a existência de um agendamento. Este tipo de metodologia pode ser classificada como híbrida porque pode considerar dados quantitativos e qualitativos. Neste trabalho, utilizamos como unidade de análise a peça jornalística publicada em A Tarde, no período que compõe o nosso *corpus* estabelecido entre 2003 e 2004. Neste trabalho, apenas apresentamos dados referentes à inserção em suas quantificações de unidades e gêneros encontrados.

Durante o período havia, pelo menos, uma matéria sobre o assunto Corredor da Vitória por semana, no jornal A Tarde, e sempre amparada por novidades que atualizavam a discussão e criavam novas expectativas. Em 2003 e 2004, nota não era um gênero tão corriqueiro no desenho deste jornal. Fotos legenda e matérias sem assinatura não existiram sobre o Corredor da Vitória. Houve manifestações de leitores, quase todas em diálogo com matérias que somaram 49 no período de dois anos em que ocorreram o deferimento e o arquivamento do processo de tombamento.

Tabela 1: Inserções relacionadas ao Tombamento do Corredor da Vitória (2003/2004)

Gênero	2003	2004	Total
Notas	0	2	2
Foto legendas	0	0	0
Reportagens sem assinatura	0	0	0
Reportagens com assinatura	31	17	49
Artigos	0	2	2
Editoriais	1	0	1
Ping-Pong	4	1	5
Capas	2	1	3
Espaço do leitor	2	6	8
Total	40	29	69

Fonte: Jornal A Tarde. Elaboração dos dados pela autora da presente tese.

A não abordagem

O Correio da Bahia publicou matérias sobre patrimônio cultural, ao longo do período, sendo uma média de 80% delas referentes ao Centro Histórico de Salvador. O



Correio não se atinha a problemas. Buscava predominantemente os pontos positivos e relacionados ao incremento das condições de recepção do turismo e aos investimentos do governo. Pertencente à família do ex-governador Antônio Carlos Magalhães, o Correio da Bahia cobria de forma parcial o assunto patrimônio, uma vez que tinha sido este político o promotor da chamada recuperação do Centro Histórico de Salvador.

Em 2001, o Correio da Bahia veiculou “Cinco empresas fazem propostas de compra do Palácio Episcopal (CORREIO DA BAHIA, 26/07/2001:4), onde informa sobre a disputa entre cinco empresas que fizeram propostas em relação à área que, segundo estimativas de corretores, valeria R\$11,7 milhões.

Em 2003, foram ao todo 113 matérias sobre patrimônio no Correio da Bahia. A única vez que este jornal mencionou o tombamento do Corredor da Vitória foi na reportagem, sem assinatura, cuja retranca era “Posse”, com o título “Frederico Rodrigues⁴ (sic) assume superintendência do Iphan” (CORREIO DA BAHIA, 10/10/2003:4), na qual assumia o momento histórico do patrimônio na Bahia – “tombamento do Corredor da Vitória”, o qual o próprio Correio não cobria. No terceiro dos quatro parágrafos, na matéria com foto (Marcio Costa), com 230cms².

“Sem dúvida, o arquiteto assume em um momento especial, quando temos Gilberto Gil no Ministério da Cultura (Minc), em âmbito nacional, e a sociedade baiana discute o tombamento do Corredor da Vitória, em um âmbito regional” (CORREIO DA BAHIA, 10/10/2003:4). Neste ano, o Correio da Bahia abordou, no âmbito do patrimônio, a tentativa de restauração da Escola de Medicina, a suspensão de tráfego no Pelourinho, desabamentos de casarões, restauração da Igreja da Barroquinha, revitalização da Praça 2 de Julho, conclusão das obras do Seminário São Damasco, como parte da 7ª Etapa de Recuperação, mas nada sobre o tombamento do Corredor da Vitória.

Em nove de novembro de 2003, o Correio da Bahia abordou uma temática que se fundia ao tombamento da Vitória, que era a requalificação da Barra. Na página 6, com foto de Haroldo Abrantes, 600cms², não menciona a proposta de substituição da balaustrada por um guarda-corpo de aço cromado, mas reconhece a polêmica criada em torno da ação, em função de questões relacionadas à conservação do patrimônio ou do entorno dele. O secretário municipal de Planejamento Manoel Lorenzo diz que “a polêmica é saudável” porque demonstra que “a comunidade está acompanhando o

⁴ Referindo-se a Frederico Mendonça, como era comumente referido o superintendente.



trabalho da prefeitura e quer participar, o que é bastante positivo". Ele se referia à polêmica que se desenvolvia nas páginas de A Tarde.

Em 2004, a cobertura do Correio prossegue de forma semelhante. De página inteira, "Espaço revitalizado" (CORREIO DA BAHIA, 8/05/2004), com fotos, anuncia a requalificação do Passeio Público, também situado no Corredor da Vitória, mas não menciona o dispositivo legal adotado pelo governo. A Tarde, então, abordou o assunto e alertou sobre a impossibilidade de a obra ser feita sem uma consulta ao Iphan, uma vez que o Passeio Público era entorno imediato do Palácio da Aclamação, então sob tombamento provisório – A Tarde teve como base a Lei de Tombamento federal. A ação foi suspensa pelo governo estadual.

Os principais assuntos abordados pelo Correio da Bahia, no campo do patrimônio cultural, em 2004, foram: revitalização do Comércio, obras no Forte Santo Antônio, tráfego no Pelourinho. Ao todo, foram registradas 74 notas e matérias.

A Folha de São Paulo publicou "Bairro sofisticado de Salvador é tombado" (FOLHA DE SÃO PAULO, 26/06/2003), ressaltando que 18 anos depois de a Unesco reconhecer o Centro Histórico como patrimônio cultural da humanidade, o Iphan anunciou o primeiro grande tombamento fora da área do Pelourinho. Conforme entrevista do superintendente do Iphan à época, Maurício Chagas, reproduzida pela matéria, "o presidente vai assinar o decreto do tombamento. No entanto, a partir da notificação aos proprietários, o monumento já é considerado tombado. Todas as demais etapas são protocolares e regulamentadoras". Depois do arquivamento do processo de tombamento, a Tribuna da Bahia, também, veiculou notas sobre o assunto.

A ausência do Correio da Bahia na cobertura de um tombamento que envolvia o bairro mais nobre de Salvador não enfraquecia A Tarde que se notabilizava pela persistência no assunto. O então diretor do Correio da Bahia desqualifica o assunto em entrevista, mas acaba se contradizendo ao falar na mesma entrevista sobre os meandros do processo de tombamento e de cobertura. Ele assume que o grupo orientava o jornalismo e que o político Antônio Carlos Magalhães tinha ingerência no agendamento do seu jornal.

Pergunta: Por que o Correio da Bahia não cobriu o tombamento do Corredor da Vitória?
Resposta: Eu fiz uma pesquisa, até pra refrescar a minha memória. Eu perguntei aos repórteres remanescentes do Correio da Bahia que ainda estão lá, e, confesso, quando é que foi esse tombamento da Vitória? Que ano foi essa tentativa de tombamento? Eu não lembro da postura do Correio, ter sido contra, até porque evidentemente, porque na minha avaliação, tem muito pouco pra ser preservado ali, nesse período de 2004. Foi depois da morte de Jorge Calmon? Porque basicamente só tinha ali a casa dele, que ele estava tentando vender.



Pergunta: O senhor confirma que o Correio da Bahia não se pronunciou nem cobriu o tombamento?

Resposta: Não. Mas não tinha razão nenhuma, de postura contra o tombamento do Corredor da Vitória como um todo. O que eu lembro do Corredor da Vitória do ponto de vista empresarial é que a gente, o grupo, não tinha interesse específico nenhum ali na Vitória. Depois é que surgiu uma possibilidade da Santa Helena [incorporadora do grupo do senador Antonio Carlos Magalhães, também proprietário do jornal Correio da Bahia] e foi o que foi feito, construiu um prédio grande lá. Mas o grupo não tinha, por exemplo, terreno nenhum, nem pensava nisso. Na verdade, foi só uma construtora contratada. Mas lhe digo, não houve nenhuma orientação da direção à época. Na época, a única [orientação] aceitável seria do senador Antonio Carlos Magalhães e não houve nenhuma orientação desse tipo.

Pergunta: Mas o senhor reconhece que havia um fato jornalístico na ação de se tombar o Corredor da Vitória?

Resposta: Sim, claro, é importante. Eu confesso que não sei quais os imóveis envolvidos. Eu lembro do imóvel de Jorge Calmon. E ele não queria que fosse tombado porque ele queria vender, negociar a casa. É verdade. Eu conheço, estive até lá com ele, com uma pessoa que era amiga dele.

Pergunta: O senhor esteve lá e conversou com ele sobre isso?

Resposta: Eu estava com ele participando de uma comissão de julgamento de um prêmio jornalístico qualquer. Fiquei conversando sobre isso. Ele me mostrou a casa muito bonita. E ele preocupado com essa história de tombamento. Eu não sei que ano foi esta conversa. Mas ele já estava preocupado. Ele já estava querendo sair dali. Ele achando que ia sair dali, morar sozinho, a casa grande demais. Ele ainda estava inteiro. Por conta dos elogios que foram feitos à casa dele e ele aventando já a possibilidade. Porque já estava se falando de se vender a casa dos cardeais para a Odebrecht. Se criou um pequeno momento de se preservar, aquela coisa, enfim, que o cardeal também, indignado, com a possibilidade de não vender, de não fazer negócio ali. Ele nunca suportou aquela casa, desde quando ele desembarcou aqui. Foi morar numa casa emprestada pelo cônsul da Alemanha, primeiro no Caminho das Árvores, depois ele foi lá pra Federação, onde está até hoje. Eu não sei se você já fez a pesquisa no Correio pra saber a postura que o Correio tomou.

Pergunta: O Correio praticamente nem abordou o assunto.

Resposta: Pois é. Eu acho que a gente não deu importância nenhuma a essa história. E olhe que eu sempre tive uma preocupação muito grande com o patrimônio histórico porque quando cheguei aqui na Bahia e fui trabalhar no Estado de São Paulo eu ganhei destaque no Estadão exatamente por conta disso. Eu comecei a fazer matéria sobre o patrimônio histórico. E sempre tive muito cuidado com relação a isso. Mas acho que o Correio foi absolutamente indiferente a isso, não encampou isso à época (...).

Pergunta: Pode ser que o Correio não tenha abordado o tema porque A Tarde tomou conta do assunto?

Resposta: Não, acho que não. Eu não tinha essa preocupação. Tanto que na transposição do Rio São Francisco, que A Tarde saiu à frente e não dividir a Bahia, a mesma coisa. Não tinha esse preconceito, não. Mas acho que em relação a esse episódio, o Correio foi absolutamente indiferente. Porque entenda o seguinte: enquanto eu estive lá no Correio da Bahia, a única pessoa que me dava orientação com relação a vamos fazer isto ou aquilo era o senador. Não



passava ali decisão pelo campo empresarial. Eu não era interlocutor dos executivos das demais empresas. Não ouvia pra nada. Minha relação era com o dono do jornal e acabou.

Pergunta: E o senador lia os jornais da cidade?

Resposta: Lia até o obituário. Não tenho a menor dúvida.

Pergunta: Então, ele sabia que o Corredor da Vitória estava sendo tombado.

Resposta: Ele sabia, sabia. Certamente. Claro que tinha conhecimento disso. Não me deu nenhuma orientação com relação a isso.

Pergunta: Chegou a falar no assunto?

Resposta: Confesso que não lembro.

Pergunta: No Corredor da Vitória, havia dois interesses imediatos relacionados ao deputado federal carlista Félix Mendonça, que eram as construções nos terrenos da Mansão Wildberger e da Mansão Leonor Calmon. O distanciamento do Correio desta temática poderia ter origem nesse detalhe?

Resposta: Não, esqueça. Que ele [Antonio Carlos Magalhães] não aceitava interferência de Félix em absolutamente nada. Não apitava em nada do ponto de vista empresarial (...).

Pergunta: O filho dele estava à frente dos empreendimentos.

Resposta: O Félix ia lá, frequentava a casa de Antonio Carlos, conversava sobre política com Antonio Carlos. Não era, digamos assim, um liderado de Antonio Carlos. Porque ele tinha os votos dele. Ganhava eleição investindo muito. E agora vai deixar de ser candidato, vai transferir esses votos para o filho. (...)

Pergunta: O grupo de empresas que era contra o tombamento foi até à Casa Civil, para um encontro com o então ministro José Dirceu. Antonio Carlos se relacionava com o governo Lula.

Resposta: É, mas não tinha nada específico. Nunca Antonio Carlos me falou nada sobre isso. Ele não se envolveu nisso. Ele não se envolveu no tombamento desses 12 imóveis que você fala.

Pergunta: Então, como o Correio da Bahia passou ao largo da Vitória. Como se tombam 12 imóveis, na área mais valorizada, em uma cidade, e um jornal local não noticia isso? Quais eram os critérios de noticiabilidade do Correio?

Resposta: Se aconteceu, certamente deve ter sido noticiado. Noticiado, sim. O que eu estou falando é que ele não deve ter tomado nenhuma posição editorial nem contra nem a favor. Noticiado que o Iphan está tombando, isso, certamente, sim. Você vai encontrar. Tomar uma posição em relação a isso, a gente não tomou. Isso eu garanto porque senão seria eu a tomar conta disso. Não houve nada. Deve ter saído. Notícia deve ter saído. O que eu estou falando é de uma posição editorial, de defender ou combater.

Pergunta: O jornal A Tarde também não tinha uma posição pré-definida.

Resposta: O problema é que o Jornal A Tarde tomava uma posição editorial no noticiário. Entendeu? Pendia de um lado. Você não vai me dizer que fazia as matérias absolutamente imparciais. Na medida em que você prioriza quem é a favor, você está tomando uma posição. Porque o Correio, não. A gente fazia *tijolinho*⁵ para defender as coisas. O caminho era esse.

⁵ Tijolinho no jargão jornalístico significa nota de 5X5cms ou menos, usada nos roteiros culturais ou de entretenimento.



Pergunta: O que, na verdade, impressiona não é não tomar partido de um lado ou de outro. O que impressiona é não ter havido matéria sobre isso, sobre esse tombamento.

Resposta: Não, não, não. Matéria tem. Tinha matéria no Aqui Salvador⁶. Agora, peso, isso? Não tinha peso.

Pergunta: Tombam-se 12 imóveis no lugar onde o metro quadrado é o mais caro da cidade. Isso certamente dá manchete, não dá?

Resposta: Quais consequências vão ter? Que consequência vai ter na vida da cidade? Na cidade desse tamanho, você acha que tombar 12 casas no Corredor da Vitória vai ter alguma consequência na vida da cidade? Não.

Pergunta: Quando um objeto é tombado, você não poderá fazer qualquer alteração nos imóveis. Tem implicações de ordem urbanística e econômica e até política.

Resposta: O problema é muito específico. A preocupação ali é para o proprietário do imóvel. Na vida da cidade, se vai derrubar ou se o cara construir um prédio ali do lado....

Pergunta: O Ministério Público Federal intercedeu, a obra foi embargada.

Resposta: O projeto arquitetônico sempre foi de Fernando Frank associado à família Wildberger e MRM, isso não mudou nada.

Entrevista com Demóstenes Teixeira, ex-diretor de redação do Correio da Bahia, feita pela autora, em 25/11/2009

Considerações finais

O episódio do tombamento temporário do Corredor da Vitória que jamais chegou a ser definitivo, como se esperava, por conta do que a lei prevê, suscitou um debate inaudito na imprensa da Bahia, mesmo com a participação exclusiva do centenário jornal A Tarde, fundado por Ernesto Simões Filho. O caso foi acompanhado por quase 10 anos. O assunto considerado um tabu motivou pressões ao jornal que partiam principalmente do setor privado.

A discrepância entre as coberturas, com a omissão dos demais meios, marcou o período no que se refere ao jornalismo local. O assunto era comentado pelo público e mesmo assim não era noticiado amplamente por todos os meios de comunicação. Entretanto, o destaque que A Tarde deu ao assunto fez com que a discussão se mantivesse graças a esta prática do jornalismo. Houve uma mobilização entre leitores que procuravam se manter informados sobre cada passo. O próprio arquivamento do processo ocorrido em maio de 2004 surpreendeu porque conforme os tombamentos anteriores, que passaram a ser feitos no Brasil em 1937, o provisório naturalmente

⁶ Caderno de cidade do jornal Correio da Bahia



levaria ao definitivo. Depois da publicação de arquivamento no Diário Oficial, A Tarde manteve a cobertura e chegou a noticiar a derrubada de várias casas que tinham sido temporariamente protegidas.

O assunto se renovava em *suites*, ou seja, em atualizações dos acontecimentos relacionados. O tombamento noticiado por A Tarde é um exemplo de agendamento da mídia que foi transferido para as agendas do público e das políticas. Pela entrevista do diretor do Correio da Bahia, compreende-se a importância do assunto, tanto é que o ex-governador tinha conhecimento, como foi dito. Entretanto, o assunto não foi mencionado pelo jornal. Mesmo que afetasse diretamente moradores da área e empresários que eram proprietários das antigas moradas.

Referências Bibliográficas

ABRAHÃO, S. L. **Espaço público do urbano ao político**. São Paulo: Annablume; Papesp, 2008.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Trad.: Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85 pg.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CONNERTON, P. **Como as sociedades recordam**. Trad.: Maria Manuela Rocha. Peiras: Celta Editora, 1993.

DEARING, J. W. e ROGERS, E. M. **Communication Concepts 6: Agenda-setting**. Thousand Oaks, Ca: Sage, 1992.

FIGUEIREDO FILHO, G. R. **A influência do ecletismo na Arquitetura Baiana**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, nº 19. 1984.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e trad.: Roberto Machado. 22ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

FRANÇA, V.R. V. **Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro**. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

GALTUNG, J. and RUGE, M. **The structure of foreign news: the presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crises in four Norwegian newspapers**, In: *Journal of International Peace Research* 1, 1965.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da Esfera Pública**. Trad.: Flavio R. Kothe. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.



HARRISON, R. *What is heritage?* In: *Understanding the politics of heritage*. Série Understanding Global Heritage. Editor: Rodney Harrison. Manchester: Manchester University Press, 2010.

IPHAN/MINC. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: Iphan/Minc, 1995. p. 263-4 normas de quito, 1962; Naiobi, 1976.

LOWENTHAL, D. **The heritage crusade and the spoils of History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MCCOMBS, M. **Setting the Agenda. The Massa Media and Public Opinion**. Cambridge: Polity, 2007.

_____ **A Teoria da Agenda: A mídia e a opinião pública**. Trad.: Jacques A. Wainberg. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

McQUAIL, D. **Communication, Aspects of modern sociology**. *Social Processes*. New York: Longman Group, 1975.

_____ **Teoria da Comunicação de Massas**. Trad.: Carlos de Jesus. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **O campo dos media – discursividade, narratividade, máquinas**. Lisboa: Aregra do jogo, Edições, 1984.

_____ **Estratégias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

RONDELLI, M. E. Sociabilidade, Espaço Público e Comunicação. In: **O indivíduo e as mídias**. Orgs Antônio Fausto Neto e Milton José Pinto. Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda, 1996.

THOMPSON, J. B.. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Trad.: Wagner Oliveira Brandão. 9ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Tradução por: Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Tradução de Teorie delle Comunicazioni di Massa. Lisboa: Editorial Presença, 1987.